



Dispensa Sem Disputa - TRF6 - UASG 090059

(Atualizado em 11/02/2025)

Introdução

Objetivo: padronização do Processo Administrativo Eletrônico relativo à contratação direta por Dispensa de Licitação (sem disputa) nas hipóteses previstas no Art. 75 da Lei 14.133/2021.

Importante: esse roteiro é compatível para todas as hipóteses de dispensa de licitação do art. 75 para o caso de não haver disputa.

Legislação referente à Dispensa Eletrônica:

1- Lei 14.133/2021: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

2- [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 \(Atualizada\) — Portal de Compras do Governo Federal \(www.gov.br\)](#)

Nota:

1-Esse roteiro serve como guia, não tendo caráter impositivo.

2-A depender da contratação, poderá ser necessário fazer ajustes.

3-No caso de obras, serviços de engenharia e outros que necessitem documentos específicos, sugere-se colocá-los como anexos do Termo de Referência - TR.

4-Sugere-se colocar o processo com os modelos 0001285-75.2023.4.06.8000 no Acompanhamento Especial do SEI, para consultas eventuais.

PASSO 1: Abertura do Processo e inclusão dos documentos do planejamento da contratação - ÁREA DEMANDANTE

Consultar o processo SEI 0001285-75.2023.4.06.8000 com modelos atualizados dos documentos indicados abaixo:

A) Documento de Formalização de Demanda (DFD): Incluir o padrão (se a contratação é prevista no Plano de Contratações Anual - PCA) ou o intempestivo (se a contratação NÃO está prevista no PCA);

B) Estudo Técnico Preliminar (ETP) - facultativo para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme art. 49 da RESOLUÇÃO PRESI 18/2024 - TRF1 [PDF 0050186-15.2023.4.01.8000](#)

Sua elaboração fica a critério da unidade requisitante responsável pela instrução processual. De acordo com o § 1º do artigo 49 da Resolução PRESI 18/2024 – TRF 1, a unidade poderá decidir pela sua elaboração com base no juízo de conveniência e oportunidade. Conforme previsto no § 2º do mesmo artigo, a Administração poderá determinar a obrigatoriedade da elaboração do ETP caso seja identificada a necessidade, devendo a unidade requisitante atender à exigência. Dessa forma, a

realização do ETP dependerá da avaliação inicial da unidade requisitante, salvo nos casos em que houver determinação expressa da Administração

C) Mapa/Análise de Riscos: facultativo para as hipóteses dos incisos I e II do art. 75 da lei 14.13/21 e dispensado para ações educacionais, conforme Art. 51-§1º da mesma Resolução TRF1;

D) Arquivos com os orçamentos considerados para levantar o custo estimado: priorizar preços praticados em contratações públicas;

E) Planilha/Mapa com os preços considerados para determinar o custo estimado;

F) Informação Conclusiva do Valor Estimado ou de Análise de preços de serviços de engenharia;

G) Termo de Referência (TR);

H) E-mail com manifestação de ciência do TR pelo fornecedor escolhido;

I) Incluir Relatório SICAF da empresa selecionada para verificar algum impedimento de contratação. Ao indicar a empresa a ser contratada deverá estar regular com as certidões e não ter nenhum impedimento;

A empresa a ser contratada deve estar inscrita no SICAF. Caso não esteja, o fornecedor deve ser orientado a realizar o credenciamento seguindo as instruções contidas no Guia de Fornecedores, disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br).

J) Incluir CHECKLIST, conforme documento 0459025;

A empresa deve estar inscrita no SICAF, caso contrário, orientar o fornecedor a realizar seu credenciamento, conforme as instruções contidas no guia de fornecedores, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br).

Observações:

1- Antes de iniciar a pesquisa de preços e concluir o Termo de Referência, é necessário verificar se o objeto se trata de serviço de engenharia, a exemplo de manutenções e intervenções na infraestrutura do prédio. As orientações específicas para pesquisa de preços estão no Anexo I.

2- Assim, recomenda-se o encaminhamento do processo para a DIEAR (área técnica), para eventual orientação e, se for o caso, manifestação sobre a natureza do serviço e para auxílio na construção da planilha de preços, no caso de o objeto ser configurado como serviço de engenharia.

3- Não sendo possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 23 da Lei 14.133/2021, deverá ser comprovado que os preços praticados pelo contratado estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

PASSO 2: JUSTIFICATIVA – SEM DISPUTA

Será necessária justificativa expressa para a contratação sem disputa, com a indicação do nome e CNPJ da empresa a ser contratada, que deverá ser apreciada pela autoridade competente.

* No caso da opção pela dispensa sem disputa em função do valor (incisos I e II do art. 75), no encaminhamento que tem ciência de que a dispensa com disputa é o procedimento preferencial pela

Lei 14.133/2021, porém, em razão das circunstâncias (as quais devem ser explicadas), o setor demandante entende não ser viável a disputa e expressar uma justificativa razoável para a contratação direta (explicar conforme caso concreto).

* No caso de dispensa emergencial, o Encaminhamento à autoridade deve apresentar justificativa para a contratação emergencial, mediante a exposição da causa ensejadora da emergência, observando as seguintes orientações:

- a) Informar se existe processo licitatório em andamento, identificando o número SEI, bem como a fase em que se encontra.
- b) Justificar o quantitativo contratado, sendo o estritamente suficiente para afastar o risco iminente detectado.

* No caso das outras hipóteses de dispensa de licitação, incluir documentos que demonstrem a qualificação da instituição a ser contratada.

* Em caso de rescisão antecipada do contrato anterior, apresentar justificativa para a não contratação com fundamento no art. 90-§7º da lei nº 14.133/2021 (convocação de licitante remanescente)

PASSO 3: Encaminhamento para autorização da contratação

Elaborar um encaminhamento para solicitar autorização da contratação SEM DISPUTA à autoridade competente, conforme norma de delegação Portaria Diger 584 ([1057288](#))

SECOF: contratações até o limite previsto no art. 75, I, da Lei 14.133/2021

DIGER: contratações acima do limite previsto no art. 75, I, da Lei 14.133/2021

* os valores são atualizados anualmente, conforme art. 182 da Lei 14.133/21. Vide [Decreto](#)

Informar se o ETP ou o Mapa de Risco foi considerado facultativo, nos termos dos artigos 49 e 51 § 1º, da RESOLUÇÃO PRESI 18/2024 - TRF1 [PDF 0050186-15.2023.4.01.8000](#). Ressalte-se que essa norma é aplicável ao TRF 6, no que for compatível, conforme disposto no artigo 205 de seu Regimento Interno.

Obs.: É necessário que tenha autorização expressa para a contratação sem disputa.

PASSO 4: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações - SECOF

Após o despacho de autorização da contratação, o processo será enviado para a SECOF para dar andamento à contratação

O processo será encaminhado para:

- SEORC: para classificação orçamentária;
- SEMAP: para registro referente a materiais, se for o caso;
- SULIC: para prosseguimento da contratação

PASSO 5: Subsecretaria de Licitações e Contratos - SULIC

Após análise, encaminha processo para prosseguimento da contratação (PCA/LIMITE do Art. 75-§1º da Lei nº 14.133/2021)

- SECOM: para informar o limite de gastos com Dispensa de Licitação em função do valor e fazer os registros necessários;
- SETRA: consulta prévia à SETRA, por padrão, para avaliar a necessidade de minuta contratual. A minuta, excepcionalmente, só deverá ser remetida à Assessoria Jurídica após a elaboração do Resumo da Dispensa de Licitação (passo 7 deste roteiro), a fim de que a análise jurídica considere a instrução completa do procedimento.

Passo 6: Habilitação - SECOM

Anexar ao processo todas os documentos de habilitação estabelecidos no Termo de Referência.

a) SICAF: link <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

* consulta situação do fornecedor: extrair os relatórios: situação do fornecedor / ocorrências ativas / ocorrências impeditivas vigentes / prováveis impedimentos indiretos.

* Níveis de Cadastramento / Nivel II Habilitação Jurídica no SICAF : dados do sócio majoritário para fazer a consulta;

* Consulta parametrizada de fornecedores / digitar CNPJ / Pesquisar / Relatório.

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica TCU: link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

* Consulta consolidada => para Pessoa Jurídica, já estão incluídos 1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União 2- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça 3- Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU

Caso o servidor ainda não tenha acesso ao SICAF, a solicitação dever ser realizada nos termos do PAe SEI nº 0000267-48.2025.4.06.8000. Para reativação da senha, é necessário solicitar à SECOB uma nova senha de acesso, enviando um e-mail para secob.mg@trf6.jus.br, informando o número do CPF.

c) Consulta Cadin: link <https://cadin.pgfn.gov.br/#/home>.

Caso o servidor ainda não tenha acesso ao sistema, providenciar o cadastro por meio de um dos pontos cadastradores, conforme documento processo SEI nº 0015421-77.2023.4.06.8000.

Caso o servidor ainda não tenha acesso ao sistema, providenciar o cadastro por meio de um dos pontos cadastradores, conforme processo SEI nº 0015421-77.2023.4.06.8000.

* **Consulta apenas do sócio majoritário: através do CPF**

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas, informar à área demandante para as providências cabíveis (desclassificação ou prazo para ajustes).

Se a empresa estiver regular, conforme já informado acima, juntam-se as certidões em arquivo único PDF e o inclui no processo SEI.

PASSO 7: Elaboração do Resumo - SECOM

Elaborar o documento “Resumo” com os dados da contratação. Verificar modelos de Resumo no processo 0001285-75.2023.4.06.8000.

Após a elaboração do Resumo, o processo segue para análise jurídica.

PASSO 8: Análise Jurídica - ASJUD

Se forem solicitadas alterações, a unidade demandante deverá incluir informação sobre as alterações ou as justificativas pelo não-atendimento, conforme os itens apontados na Análise Jurídica e remeter o processo à SECOF (se não houver indicação de reexame pelo jurídico).

Após aprovação pelo Jurídico, o processo será encaminhado para a SECOF.

PASSO 9: Reconhecimento/Homologação da Dispensa, determinação de emissão da NE e outras providências— SECOF

Compete à SECOF o Reconhecimento/Homologação da Dispensa e determinar as seguintes providências e/ ou outras que achar necessário:

- Nota de Empenho - NE pela SEORC,
- Contrato pela SETRA (se for o caso) e
- Publicação, a cargo da SECOM

PASSO 10: Emissão NE (SEORC) e Formalização do Contrato (se for o caso) - SETRA

SEORC: emissão da NE

SETRA: emissão do instrumento contratual, se for o caso

PASSO 11: Cadastro da Dispensa Eletrônica no PNCP - SECOM

1- Após a emissão da nota de empenho, no prazo de 10 dias, cadastrar a Dispensa no Portal Compras (UASG 090059), com inclusão de arquivo único, em PDF, contendo

- a) Despacho com a autorização da autoridade competente;

- b) Termo de Referência e anexos (planilhas e ETP, se for o caso);
- c) Classificação e Disponibilidade Orçamentária;
- d) Minuta Contratual (se houver contrato).

ATENÇÃO: deverão ser publicadas no PNCP e no Portal de Transparência as versões finais dos documentos (considerando eventuais alterações solicitadas pelo jurídico)

2- Realizar a publicação, conforme roteiro Cadastro Contratações diretas-Portal Compras

3-Acessar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e fazer o print do extrato de publicação através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1

Observação: buscar a contratação pelo nº do ID da contratação (informado pelo sistema após a conclusão da publicação) agiliza a identificação da informação desejada.

4- Após a consulta ao PNCP, incluir Informação no processo de contratação para informar o link do PNCP com o registro da contratação. Copiar e colar o link no modelo [Informação Publicação PNCP \(0982304\)](#).

A publicação no PNCP ocorre automaticamente assim que a contratação é cadastrada no Portal Compras.

PASSO 12: Publicação no Portal de Transparência do TRF 6 – SECOM

Publicar os seguintes documentos no Portal de Transparência do TRF 6, conforme estabelecido no processo 0011010-88.2023.4.06.8000:

- 1- Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 2- Informação Conclusiva do Valor Estimado;
- 3- Mapa Comparativa de Preços;
- 4- Termo de Referência e Anexos (classificação);
- 5- Autorização da Contratação;
- 6- Minuta Contratual (se houver);
- 7- Aviso de Dispensa;
- 8- Questionamentos ou Impugnações (se houver);
- 9- Nome do vencedor (Resumo);
- 10- Ato de reconhecimento e Ratificação da Dispensa.

PASSO 13: Solicitação de entrega do objeto – ÁREA DEMANDANTE

Realizar os procedimentos para emissão da Ordem de Serviço com a designação do gestor do contrato.

Após a inclusão da nota de empenho no processo, a entrega do objeto poderá ser solicitada. Encaminhar a NE para as empresas através de e-mail ou outra forma de comunicação escrita, a fim de começar a contagem do prazo para a entrega do produto, conforme o TR (incluir no SEI).

PASSO 14: Recebimento do Objeto (material ou serviços) – ÁREA DEMANDANTE

- Inclui a Nota Fiscal, relativa ao objeto recebido ou ao serviço realizado.
- Inclui o Atesto para formalizar o recebimento do material ou serviço.

PASSO 15: Pagamento – SEPCO

Se for material (permanente ou de consumo), após inserir o Atesto, o setor demandante encaminha o processo à SEMAP (para registro patrimonial/nota e lançamento) antes do pagamento.

O setor demandante encaminha a solicitação de pagamento à SEPCO (Seção de Pagamento de Contratos).

PASSO FINAL: Processo permanece no setor demandante para acompanhamento

ANEXO I

Orientações sobre a Pesquisa de Preços

Antes de iniciar a pesquisa e concluir o Termo de Referência, é necessário verificar se o objeto se trata de serviço de engenharia, a exemplo de manutenções e intervenções na infraestrutura do prédio. As orientações específicas para pesquisa de preços relacionada a serviços de engenharia ou obra estão no final deste Anexo.

No caso de objeto ser aquisição de bens ou serviço comum:

- 1) Incluir os arquivos com os orçamentos considerados para levantar o custo estimado (priorizando preços praticados em contratações públicas), a exemplo de: relatório de banco de preços públicos, orçamentos de empresas encaminhados por e-mail, cotações na internet, notas fiscais, etc.
- 2) Planilha/Mapa com os preços considerados para determinar o custo estimado.
- 3) Documento Informação Conclusiva do Valor Estimado.

No caso de objeto ser serviço comum de engenharia:

1-Nesse caso, conforme apontado no item II.d da Análise Jurídica 0160996, a Pesquisa deve ser feita conforme o Decreto nº 7.983/2013:

“Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil. “

2- Assim, recomenda-se o encaminhamento do processo para a DIEAR (área técnica), para manifestação sobre a natureza do serviço e para auxílio na construção da planilha de preços).

3- Inclusão da planilha ou relatório do SINAPI, conforme apontado no item 1.

Manual de Utilização do Banco de Preços

O Banco de Preços é uma ferramenta de pesquisa e comparação de preços que possui a maior base de consulta disponível no mercado, com mais de 200 milhões de preços, o que amplia o resultado da pesquisa, afere a realidade dos preços e auxilia na tomada de decisão.

Passo a passo para executar a pesquisa de preços no Banco de Preços:

1. Acesse o site do Banco de Preços: <https://www.bancodeprecos.com.br/>
2. Clique em "Acesso ao Banco de Preços" e faça o login com seu usuário e senha.
3. Na página inicial, selecione a opção "Pesquisa de Preços".
4. Preencha os campos de busca com as informações do objeto a ser contratado, como descrição, unidade de medida, quantidade, entre outros.
5. Selecione a opção "Pesquisar" para iniciar a busca.
6. O resultado da pesquisa será apresentado em uma tabela com os preços encontrados, fornecedores, data da cotação, entre outras informações.
7. Utilize os filtros disponíveis para refinar a pesquisa, como por exemplo, por região, tipo de fornecedor, entre outros.
8. Selecione os preços que deseja comparar e clique em "Comparar Selecionados".
9. O Banco de Preços irá gerar um relatório de comparação de preços, que poderá ser salvo em formato PDF ou Excel.

Dicas para utilizar o Banco de Preços:

- Utilize palavras-chave específicas na descrição do objeto a ser contratado para obter resultados mais precisos.
- Utilize os filtros disponíveis para refinar a pesquisa e encontrar fornecedores mais próximos ou com melhores preços.
- Verifique a data da cotação para garantir que os preços encontrados estejam atualizados.
- Utilize o relatório de comparação de preços para auxiliar na tomada de decisão e justificar a escolha do fornecedor e do preço contratado.

Com essas informações, você já está pronto para executar a pesquisa de preços no Banco de Preços e obter os melhores resultados para sua licitação.